



## **Sumário Executivo**

**Nº 7/2021**

**Embrapa Suínos e Aves**

**Período: 19/4 a 22/6/2021**

**Brasília, DF**  
**Julho/2021**

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Assessoria de Auditoria Interna

## **Sumário Executivo**

### **O que avaliamos**

Avaliamos a regularidade dos atos de gestão e dos recursos aplicados na Embrapa Suínos e Aves para o alcance de suas metas e objetivos, bem como para a efetividade desses recursos nos controles internos administrativos da Unidade.

Verificamos procedimentos e processos relativos à gestão orçamentária e financeira, gestão de patrimônio e suprimentos, gestão de pessoas, gestão de contratos — incluindo os de cooperação técnica, comodatos, locações, aquisições e prestação de serviços —, gestão de infraestrutura e logística, gestão de campos experimentais, gestão ambiental, gestão de projetos de pesquisa, gestão dos ativos tecnológicos e, por fim, à gestão do núcleo de desenvolvimento institucional.

### **Conclusões e Recomendações**

Quanto à gestão orçamentária e financeira, constatamos fragilidade nos valores a receber, com a presença de valores pendentes de recebimento há mais de 159 dias. Constatamos, ainda, fragilidade nos procedimentos de aquisição de material biológico de empresa internacional.

Em relação à gestão de contratos, identificamos ausência de garantias e de publicação de extratos no DOU, de comprovantes de obrigações da contratada, a exemplo de folha de pagamento, de recibo de entrega de EPIs e uniformes, de indicação formal de preposto, de entrega de vale-transporte, do PPRA, LTCAT, PCMSO e ASO. Também não foram encontrados certificados de aprovação de EPIs, de registro de arma, de extratos bancários, de capacitação dos terceirizados, de consulta aos limites de preços divulgados pela SLTI/MP, e de folha de pagamento. Além disso, ocorreu concessão de reajuste sem a formalização dos atos de solicitação e justificativa do contratado e da área demandante, ausência de consultas a tabelas de preços referenciais por ocasião de formalização dos preços contratuais e comodatos com pendências de devolução dos bens a Unidade. Recomendamos ações visando corrigir e evitar repetições.

No que se refere à gestão de patrimônio e suprimentos, verificamos inventários com bens inservíveis disponíveis para desfazimento, bens com descrições divergentes, bens não localizados, bens sem registros no patrimônio, divergências em conciliações, doações regulares de materiais para enfrentamento da pandemia da Covid-19, ordens de serviços pendentes de recebimentos, além de licitações com pendências de atos na formalização das fases de planejamento, de recebimentos de obras. Por fim, verificamos também excedentes de pesquisa avaliados sem amparo em preços referenciais divulgados por instituições hábeis.

Considerando que a maioria desses pontos pode comprometer a gestão dos bens e de suprimentos, recomendamos que a Unidade adote ações preventivas e corretivas

indicadas nas respectivas constatações deste Relatório de Auditoria (RA), visando evitar a má gestão e solucionar impropriedades, inadequações e pendências.

No que tange à gestão de pessoas, sugerimos que seja realizada uma análise técnica para assegurar o cumprimento do disposto no ACT, que especifica limites e requisitos estabelecidos pela CLT para realização de horas extras por empregados que executam atividades insalubres. Constatamos, ainda, a necessidade de inspeção de segurança para equipamentos em uso conforme legislação trabalhista.

Quanto à gestão de infraestrutura e logística, identificamos o compromisso e o cuidado da Unidade quanto à segurança dos empregados, uma vez que todos os veículos encontram-se segurados, em uso e em bom estado de conservação.

Na gestão do Núcleo de Desenvolvimento Institucional (NDI), embora este tenha certificado as agendas dos empregados no exercício de 2020, verificamos fragilidade no acompanhamento em razão da existência de agendas de empregados certificadas em que constam itens pendentes. Recomendamos à Unidade viabilizar a correção dos registros, uma vez que podem afetar o processo de certificação das agendas dos empregados em 2020, qualificar esse processo para o exercício 2021 e observar os prazos conforme calendário proposto para o ano em curso.

Quanto aos projetos e estudos estratégicos, é fundamental que a Unidade defina uma rotina para monitoramento dos quadros demonstrativos dos projetos com recursos financeiros em Fundações de Apoio, a fim de que haja efetiva análise das informações, para possíveis correções, se for o caso, em especial da gestão financeira.

Em relação à venda de suínos e aves, constatamos adequabilidade dos procedimentos de venda a multiplicadores parceiros, bem como dos procedimentos de recebimento e contabilização de royalties.

No que se refere à gestão ambiental Ciclo 2020, a Unidade apresentou regularidade na maior parte dos requisitos regulatórios e em cumprimento às orientações da Supervisão de Gestão Ambiental (SDI/GAMB). O Licenciamento de 2020 constava como “parcialmente regular” no Painel Corporativo de Dados de Gestão Ambiental, em função de vencidas as Licenças Ambientais do Abatedouro (LAO 4117/2014), em 30/6/2018, e a licença ambiental da Fábrica de Rações, em fase de solicitação e renovação.

Na gestão de projetos de pesquisas, verificamos a existência de seis projetos sem o registro no Sistema Embrapa de Gestão (SEG). Recomendamos que a Unidade encaminhe os projetos para avaliação e registro no mencionado sistema.